

CONVIVENDO COM A DIFERENÇA: A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Natalí Sala da Silva- Bolsista PIBIC/UFRB-CFP¹
Thereza Cristina Bastos Costa de Oliveira- Professora Adjunta/ UFRB-CFP²

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre as propostas relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado para trabalhar com estudantes com deficiência visual nos anos iniciais do ensino fundamental, assim como a formação docente necessária para lecionar estas crianças. A inclusão de estudantes com deficiência na escola regular tem sido tema de grandes discussões no âmbito educacional, por isso é necessário que a escola como um todo, se prepare para receber estes estudantes a fim de ajudá-los no processo de aprendizagem. O atendimento especializado para estudantes com deficiência visual/cegueira-baixa visão deve ocorrer basicamente por meio de recursos adaptados, os quais possibilitem e potencializem os diferentes meios de acesso ao conhecimento, respeitando as necessidades de cada estudante. Este trabalho está sendo realizado por meio de pesquisas bibliográficas visando contribuir para melhor esclarecimento do tema em questão. Os resultados do trabalho apontam a importância que o Atendimento Educacional Especializado tem no desenvolvimento educacional das crianças com excepcionais e que a ausência de conhecimento do professor sobre as deficiências e o não reconhecimento das potencialidades destes estudantes é fator determinante para compreendermos a necessidade de uma formação continuada para atuação do professor em sala de aula.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Deficiência Visual; Formação de professores.

INTRODUÇÃO:

Este artigo objetiva refletir sobre o trabalho realizado no Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como a formação docente necessária para o desenvolvimento de metodologias indispensáveis para a construção de práticas inclusivas.

Fundamentado nos estudos desenvolvidos por Mantoan (2003), Miranda (2008), Romagnolli (2008) e Tezani (2003) abordamos ao longo deste texto que as práticas pedagógicas utilizadas no atendimento a pessoas especiais precisam de formação específica do profissional da educação por se tratar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e que, portanto, necessitam de metodologias diferenciadas as quais lhes garantam um processo educacional de qualidade, além de um espaço especializado para o atendimento à essas crianças. Utilizaremos também de Vigotsky (1989) para compreender a importância da mediação do professor no trabalho com crianças especiais. Uma vez que, durante o processo de ensino, o educador deve

1 Graduanda do Curso Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC, Centro de Formação de Professores – CFP, *Campus* de Amargosa-Ba. E-mail: natalisala2007@hotmail.com.

2 Professora Doutora da UFRB/CFP. E-mail: therezabastos@ufrb.edu.br.

buscar através de atividades mediadas, proporcionar ao educando um aprendizado significativo.

Para que a inclusão se efetive, é necessário que ocorra algumas mudanças tanto na parte da infra-estrutura, quanto pedagógica, pois as crianças especiais não necessitam apenas de um espaço adequado, mas também de recursos pedagógicos específicos e professores qualificados, os quais são assegurados pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) e pelo Decreto 7611/2011 no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado.

Mantoan e Prieto (2006) destacam que a formação profissional é de suma importância para o desenvolvimento de ações educacionais, e em especial os profissionais das redes públicas de ensino. Sendo compromisso dos sistemas de ensino, a qualificação dos mesmos na perspectiva de assegurar que estes profissionais estejam aptos a elaborar e implantar novas propostas e práticas de ensino a fim de corresponder às características específicas de cada aluno, sendo eles especiais ou não.

Percebe-se que o trabalho para a inclusão de alunos com necessidade educacionais em salas regulares necessita ainda de grandes avanços, tanto na questão física da escola quanto na parte que se refere às práticas pedagógicas, à formação inicial e continuada dos professores para atuarem com estas crianças.

1.0- O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A Educação Especial numa perspectiva inclusiva tem sido item das normativas e legislações específicas que auxiliam a formulação de políticas públicas educacionais relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado. A exemplo disso temos a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2007); Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (2009) e o Decreto 7611\2011 os quais tratam de como deve acontecer o AEE.

O Atendimento Educacional Especializado refere-se ao atendimento realizado por professores especializados em escolas regulares ou espaços específicos às crianças especiais. O mesmo deve ocorrer no turno oposto ao que eles frequentam a classe comum, sendo eles atendidos em grupo ou individualmente. Lembrando que este atendimento deve está contemplado nas propostas pedagógicas da escola, isto é, no Projeto Político Pedagógico (PPP). De acordo com Bürkle (2010), também compõe o AEE o professor itinerante, o professor mediador, as Salas de Recursos, os quais têm como objetivo de auxiliar o aluno com necessidades educacionais especiais durante o seu processo de ensino-aprendizagem nas salas regulares.

Destarte, o atendimento especializado tem como objetivo adaptar recursos pedagógicos e de acessibilidade, os quais contribuam na plena participação dos alunos nas atividades, desde que sejam atendidas suas necessidades específicas. Uma vez que, o ensino desenvolvido no ambiente especializado diferencia-se dos desempenhados nas classes comuns, os quais não são substitutivos à escolarização. O mesmo procura complementar

o desenvolvimento autônomo dos alunos com vista à autonomia dentro e fora da escola. (BRASIL. 2007, p. 10)

Mantoan (2003) ressalta que, ensinar atendendo as diferenças não resulta em mudar a maneira de ensinar a criança com deficiência, mas sim de adotar uma nova proposta pedagógica integradora, a qual atenda as diferenças de todos os estudantes, porém isso depende de abandonar as condições de um ensino transmissivo, o qual leva o sujeito a copiar sempre um modelo posto pelo sistema educacional, mas procurar metodologias que contribuam com a aprendizagem desses estudantes.

A inclusão de pessoas com NEE no sistema público de ensino implica em uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a uma revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais no intuito de possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando assim, as suas diferenças e atendendo às suas necessidades.

Segundo Mantoan e Prieto (2006), a LDB nº 9394/96 em seu Art. 58, inciso III, destacam que “são previstos professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. Tendo em vista que, a formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aqueles com NEE.

Para tanto, o Atendimento Educacional Especializado procura atender as necessidades educacionais dos estudantes excepcionais, por meio de recursos adaptados os quais contribuam no desenvolvimento da aprendizagem destes educandos, fazendo com que estes desenvolvam a autonomia durante a realização de suas atividades tanto na sala comum quanto na especializada.

2.0- A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.

A inclusão de alunos com Deficiência Visual (DV) na rede pública de ensino tem sido questão de discussão entre muitos professores, pois em geral, estes dizem que não receberam em seus currículos de formação, preparo adequado para trabalhar com estes alunos. Desse modo, Romagnolli (2008, p.7) cita que, a Declaração de Salamanca, assegura que “as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades”. Porém, estes estudantes com baixa visão ou cegueira podem encontrar dificuldades durante o seu processo educativo, tanto em relação à formação adequada do professor, quanto ao fato de não existirem materiais adequados na escola em que este aluno esteja inserido.

Até mesmo os pais da criança, por não terem conhecimento da deficiência e não ter clareza de como esta percebe o mundo, consideram que a criança não aprende por falta de interesse. Assim como ressalta Romagnolli que, “a ausência de clareza sobre como essas crianças percebem o mundo os levam [pais e professores] a considerar as suas

dificuldades como decorrentes de outras incapacidades pessoais, e não de sua limitação para enxergar”. (RAMAGNOLLI *apud* AMIRALIAN, 2008, p.18).

Desse modo, muitas crianças podem ter dificuldades de construção e definição de sua identidade pessoal, por causa de diversos fatores, desde a dificuldade de aceitação da mãe como um bebê diferente, até a sua relação com o professor e os demais colegas. Como ressalta a autora,

a aceitação e flexibilidade do professor em relação à sua limitação é um dos principais fatores que afeta a inclusão do aluno com baixa visão. É necessário incluí-lo na sala de aula e no ambiente escolar, propiciar interação com seus colegas promover sua socialização, resgatar sua autoestima e cidadania. (RAMAGNOLLI *apud* AMIRALIAN, 2008, p.21)

É notório que o apelo visual tem sido privilegiado cada vez mais, em meio a uma sociedade que é permeada por múltiplas expressões, tanto cultural quanto artísticas, onde os símbolos gráficos, imagens, letras e números fazem parte do nosso dia-a-dia. Percebemos ainda que no ambiente escolar os conteúdos são abordados com base nos recursos visuais, os quais dificultam na aprendizagem dos estudantes com deficiência visual, de modo a negligenciar ao mesmo o acesso ao conhecimento.

Sendo assim, devemos ficar atentos às nossas atitudes e posturas, com relação às nossas práticas pedagógicas, para que assim possamos descobrir e reinventar estratégias capazes de oferecer a todos os alunos um ensino que atenda as suas necessidades. A respeito disso Silva et al (2007) cita que,

Por isso, necessitam de um ambiente estimulador, de mediadores e condições favoráveis à exploração de seu referencial perceptivo particular. No mais, não são diferentes de seus colegas que enxergam no que diz respeito ao desejo de aprender, aos interesses, à curiosidade, às motivações, às necessidades gerais de cuidados, proteção, afeto, brincadeiras, limites, convívio e recreação dentre outros aspectos relacionados à formação de identidade a aos processos de desenvolvimento e aprendizagem. (SÁ; CAMPOS; SILVA; 2007, p.14)

Os alunos com DV não são diferentes dos demais colegas videntes, eles também tem o mesmo desejo de brincar, aprender, se comunicar, de saber algo sobre o que lhe deixa curioso. E para isso, é necessário que o ambiente em que ele esteja inserido seja estimulador, que lhe ofereça condições favoráveis para a sua aprendizagem. Pois, esses alunos devem ser tratados da mesma forma que os outros colegas são tratados, respeitando assim o direito de uma escola de qualidade para todos.

Desde os primeiros anos de vida à criança já é estimulada pelo mundo exterior a olhar o que acontece à sua volta. Visto que, nesta fase a visão é o elo com os outros sentidos, pois este permite associar som e imagem, imitar um gesto ou comportamento. E para que as informações sejam transmitidas, as crianças com deficiência visual utilizam do tato como meio de comunicação. (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007).

Desse modo, podemos perceber a função do professor como mediador do conhecimento, principalmente quando se trata de uma criança com Baixa Visão ou Cegueira, pois de acordo com Vigotsky,

A criança começa a perceber o mundo não somente através dos olhos, mas também através da fala. Como resultado, o imediatismo da percepção “natural” é suplantado por um processo complexo de mediação; a fala como tal torna-se parte essencial do desenvolvimento cognitivo da criança. (VIGOTSKI, 2007, p. 23)

Segundo Oliveira (2009), Vigotsky cita em seus textos que a mediação da aprendizagem acontece através de dois elementos: os instrumentos, os quais servem de mediação entre o homem e o mundo, ampliando assim as possibilidades de transformação da natureza, estes elementos externos são capazes de provocar mudanças nos objetos e controlar processos da natureza; E os signos, que por sua vez são orientados para o seu próprio sujeito, isto é, dirigem-se ao controle das ações psicológicas, os quais fazem a intermediação entre o eu e o objeto, ou o eu e o mundo, já que estes servem como auxílio para lembrar algo, escolher, comparar, ou seja, as informações acontecem de forma simbólica. A mediação do ponto de vista do autor, “é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esses elementos”. (OLIVEIRA, 2009, p.28)

É comum recorrermos à mediação dos signos para melhorar a nossa capacidade de armazenar as informações, seja para lembrar-se de determinado fato ou objeto, ou até mesmo para encontrar um determinado local. O que não deve ser diferente na sala de aula, pois o professor deve utilizar-se de signos e instrumentos a fim de mediar o conhecimento para que o aluno compreenda o que está lecionado.

Para a criança, a aprendizagem por meio de signos tem sido uma estratégia eficiente, pois através dos símbolos a criança consegue lembrar o que aquela imagem representa para ele, tornando assim a aprendizagem mais significativa. A esse respeito Vigotsky (2007) destaca que, “os sistema de signos reestruturam a totalidade do processo psicológico, tornando a criança capaz de dominar o seu movimento. Ela reconstrói o processo de escolha em bases totalmente novas”. (p.27)

Vigotsky (2007) também cita que através da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) podemos entender o processo de desenvolvimento da criança, através do desenvolvimento potencial e do desenvolvimento real, sendo o primeiro aquele que indica que o aluno não é capaz de fazer algo sozinho apenas com a ajuda de alguém mais experiente, o segundo desenvolvimento indica que o aluno pode fazer determinadas coisas sozinho. Desse modo podemos compreender que, a ZDP define as funções que ainda não foram amadurecidas nas crianças, mas que ainda irão amadurecer.

É válido ressaltar que no processo de construção do aprendizado das crianças com baixa visão e cegueira, os professores devem trabalhar com objetos que tenham algum significado para eles, os quais contribuam para que determinadas situações seja lembradas. Lembrando também que estes sujeitos necessitam de materiais específicos que auxiliem no seu desenvolvimento durante este processo, o qual cabe à escola organizar as formas de oferecer acessibilidade a estes educandos.

Para isso, o sujeito com baixa visão pode contar com o auxílio de diversos recursos ópticos e não ópticos, os quais lhes darão subsídio à sua aprendizagem. Esses recursos são de fundamental importância, pois eles ampliam os objetos e imagens, diminuindo assim a fadiga e o esforço visual. Além de um ambiente favorável, onde os sentidos

sejam estimulados, pois é necessário introduzir novidades no processo de aprendizagem dos educandos, para que eles sintam-se motivados a realizar coisas novas. E para isso, é necessário que o professor possibilite o conhecimento e o reconhecimento diário do espaço físico e o posicionamento do mobiliário do ambiente escolar. Apresentando ao aluno todos os objetos da escola, os trajetos diários dos estudantes, explorando com eles cada elemento da sala de aula. Caso haja necessidade de mudar qualquer mobiliário de lugar, esta alteração deve ser sempre comunicada, para que o aluno não tenha nenhum acidente.

Sabemos também que, a pessoa com cegueira utiliza do tato para obter as mais diversas informações, o que desperta muitas vezes curiosidade e inquietação. Para isso, faz-se necessário que o professor faça inicialmente a adaptação de vários materiais, dentre eles o sistema *Braille*, o qual pode ser confeccionado com diversos materiais, para que assim o aluno possa aprender a ler e escrever. Poderá ser utilizado caixas de papelão, embalagens de ovos, radiografias, caixas de chicletes, botões, emborrachados, caixa de fósforos e cartelas de comprimidos. Com esses materiais o professor estará apresentando ao aluno com cegueira, diversas maneiras de aprender o *Braille*. Lembrando que outros recursos também poderão ser oferecidos ao sujeito com cegueira, a fim de auxiliá-lo no momento da escrita como é o caso da reglete e da máquina de escrever.

De acordo com Silva et al (2007), alguns instrumentos podem ser alterados ou adaptados por meio de representações e relevo. O professor poderá adaptar as atividades para os alunos com cegueira, utilizando sementes de diversas texturas para que o aluno possa identificar cada elemento da atividade. No caso dos alunos com baixa visão, o material deverá ter cores fortes ou contraste para que melhor se adeque à limitação de cada aluno, ou que as fontes sejam ampliadas, podendo estas ser alternativas essenciais no processo de aprendizagem destes educandos.

Desse modo, é de fundamental importância que o professor esteja capacitado para trabalhar com alunos com DV, e a estes que sejam garantidos a adequação dos meios de comunicação e os materiais fundamentais as suas necessidades educacionais e ao seu desenvolvimento na aprendizagem. Pois, o desconhecimento das especificidades desses educandos fazem muitos professores terem atitudes de exclusão para com esses alunos. Uma vez que, a utilização de recursos que facilitem o aprendizado de pessoas cegas ou com baixa visão tem sido de fundamental importância, pois estes necessitam de estímulos para que assim tenham interesse e motivação para aprender.

3.0- FORMAÇÃO DO PROFESSOR COMO MEDIADOR PARA O AEE E A SALA COMUM.

No Brasil, a educação escolar oferecida pela rede pública, enfrenta diversos questionamentos com relação à sua qualidade. Visto que, mesmo sendo de conhecimento de todos que qualidade da educação é direito que atinge a todos, acreditamos que para sua concretização é necessário que os órgãos competentes desenvolvam políticas públicas que favoreçam a qualificação do ensino. E que estas contemplem de modo especial, a formação do professor para um trabalho pedagógico de qualidade, capacitando-os para que assim estes possam atender os estudantes com necessidades especiais.

O despreparo do professor tem sido justificativa frequente nos discursos dados pelos professores como defesa para resistirem à inclusão escolar. Desse modo, para que estes professores sejam preparados, e tenha uma formação contínua, as Secretarias de Educação devem tomar iniciativas de buscar alternativas de discussões sobre o assunto em questão, as quais podem ser oferecidas através de cursos, oficinas, especializações, capacitações, com o intuito de qualificar esses professores. Entretanto, é necessário que o próprio docente reconheça a necessidade de se capacitar e se comprometer com o processo de formação continuada.

Deste modo, a formação de professores é de fundamental importância, uma vez que, o preparo dos recursos pedagógicos requer conhecimento das especificidades de cada educando, pois é necessário compreender que há materiais indicados para os diferentes tipos de necessidades educacionais, o que demanda conhecer as potencialidades de cada criança. Também é importante que se tenha compromisso com a aprendizagem, de modo que se o educador não observar as necessidades do aluno e as suas potencialidades com vistas a realizar sua prática pedagógica, a proposta inclusiva é levada ao fracasso.

Para tanto, o professor deve acompanhar o desenvolvimento dos alunos, incentivando sua participação na aula, a fim de favorecer a construção coletiva do conhecimento sem negligenciar a atenção individualizada, sendo que, conhecer as necessidades e potencialidades de cada um, a partir de uma ação pedagógica eficaz, torna possível a aprendizagem desses educandos.

Sendo assim, os professores devem ser capazes de analisar as diferentes necessidades dos alunos, possibilitando ao educador elaborar atividades que atendam a todos os alunos. Pois, não há como mudar as práticas dos professores sem que ao menos estes profissionais tenham consciência de suas razões e benefícios, tanto para os alunos, a escola e para o sistema de ensino, quanto para o seu desenvolvimento profissional.

Nesta perspectiva, Tezani (2003), ressalta as propostas apresentadas por Donald Schön, o qual defende o paradigma do profissional reflexivo, ou seja, a formação do professor deve estar pautada na prática da reflexão de sua própria prática, e isso deve acontecer desde a formação inicial do professor, pois possibilita a este profissional refletir sobre a sua atuação em sala de aula, visando à melhoria da sua qualidade pedagógica, tendo como consequência a busca por uma formação continuada.

De acordo com Tezani (2003), as constantes discussões em busca de mudanças nas práticas pedagógicas tem sido defendidas por diversos documentos expedidos pelo MEC, os quais ressaltam a importância da formação inicial ou continuada como forma de capacitar esses professores que estão atuando em sala de aula. Visto que, essas medidas asseguram o direito a uma educação de qualidade, a qual procura formar cidadãos conscientes do seu papel em meio a uma sociedade tão diversa e ao mesmo tempo tão conturbada. Sendo assim, a autora destaca que:

As propostas educativas nacionais fomentam a realização de um trabalho centrado no aluno, visando o desenvolvimento de habilidades, atendendo suas necessidades sociais, políticas, profissionais e educacionais. A escola, neste contexto, está voltada para a construção e exercício da cidadania consciente e ativa proporcionando os pilares para que os alunos se identifiquem e se posicionem frente às transformações constantes da

sociedade contemporânea e adentrem na vida produtiva. (TEZANI, 2003, p.448-449)

Pensar em inclusão pressupõe falar da importância que as universidades devem dar com relação à formação inicial, a qual necessita buscar desenvolver uma prática onde possibilite aos professores e aos futuros professores uma formação adequada para que os mesmos estejam preparados a oferecer um ensino de qualidade a todos os alunos com necessidades educativas especiais. Desse modo, Vitaliano (2007) ressalta que, “a formação pedagógica dos professores universitários deve ser pensadas de modo a contribuir para que estes desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva e comprometida ética e politicamente com as exigências do contexto atual” (p.401).

No entanto, o processo de formação do professor vem sendo muito criticado por diversos pesquisadores, estes acreditam que este tipo de formação acontece baseado em teoria e técnica, a qual não apresenta suporte suficiente para que o educador possa trabalhar com crianças especiais ou não. Os limites deste processo advêm pelo fato dos cursos de formação inicial basear-se em práticas distantes das necessidades formativas dos futuros professores, em que o papel do professor estava restrito apenas ao desenvolvimento cognitivo da criança.

Segundo Miranda (2008), o despreparo do professor para trabalhar com pessoas com necessidades educativas especiais ocorre desde a sua formação inicial, o que tem levado muitos docentes a recorrer à formação continuada através de educação à distância ou até mesmo por meio de cursos, oficinas, congressos, a fim de tentar preencher essas lacunas existentes em sua formação. Desse modo a autora cita que,

(...) a formação inicial dos professores em relação ao atendimento das necessidades especiais, ainda ocorre de forma inconsciente, e poucos profissionais iniciam sua carreira docente com experiências de ensino junto a alunos com NEE. A maioria dos professores manifesta descontentamento com seu processo de formação em relação a esta questão e há total ambiguidade em termos da formação docente, expressando a falta de política clara, consistente e avançada para a formação docente, entre as quais a do professor especializado. A tentativa de suprir essa lacuna tem sido a formação continuada através de educação à distância. (MIRANDA, 2008. p.7)

Sendo assim, as políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, o qual orienta o trabalho docente na perspectiva de diminuição gradativa da exclusão escolar, que visa beneficiar não apenas os alunos especiais, como também de modo geral, a educação escolar como um todo.

No entanto, a formação inicial não tem como objetivo oferecer “receitas prontas”, e sim ser um dos primeiros passos nos processos de desenvolvimento do profissional da educação, o qual pode acontecer de forma longa e diferenciada, tendo em vista que somente a formação inicial não oferece suporte específico de aperfeiçoamento das práticas educativas para que o professor desenvolva o seu trabalho com segurança e qualidade, atendendo as necessidades dos alunos.

Percebe-se, portanto, que a formação continuada no que diz respeito à educação inclusiva tem sido considerada uma das ações necessárias ao educador para a

concretização de uma prática inclusiva pautada no reconhecimento das especificidades de cada estudante nas adaptações necessárias do currículo e nos materiais didáticos que favoreçam a aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BIDARRA, Jorge.; BASCARIOLI, Clodis.; PERES, Sarajane Marques. **Software xLupa-Um ampliador de tela para o auxílio na educação de alunos com baixa visão.** Ver. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, n.1, p. 151-172, Jan-Abr., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v17n1/v17n1a11.pdf> Acesso em: 09 de agosto de 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Portaria nº 948, de 09 de Outubro de 2007.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

BÜRKLE, Thyene da Silva. **A sala de recursos como suporte à Educação Inclusiva no Município do Rio de Janeiro: das propostas legais à prática cotidiana.** 2010. 147f. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/teses/pdf/thyene_dissert.pdf. Acesso em:

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. ARANTES, Valéria Amorim (org). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.

MIRANDA, Therezinha Guimarães. **Formação Docente Continuada: uma exigência frente à proposta da educação inclusiva.** In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos *et al.* Práticas Inclusivas no Sistema de Ensino e em outros contextos. EDUFRRN. Natal, 2008. ISBN 978-85-7273-492-9.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vigotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico.** São Paulo: Scipione, 2009. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula)

ROMAGNOLLI, Gloria Suely Eastwood; ROSS, Paulo Ricardo. **Inclusão de aluno com Baixa Visão na rede pública de ensino: Orientação para professores.** Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1109-2.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2012.

SÁ, Elizabet Dias de ; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual.** Gráfica e Editora Cromos: Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf. Acesso em: 09 de julho de 2012.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. Formação de professores para a educação inclusiva: algumas perspectivas. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.12, n.20, p.447-458, Jul/Dez., 2003. Disponível em: <http://www.uneb.br/revistadafaeaba/files/2011/05/numero20.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2011. ISSN 0104-7043

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VITALIANO, Célia Regina. **Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set/Dez. 2007, v.13, n.3, p. 399-414. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v13n3/a07v13n3.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2012.